



XX PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA

CADERNO DE PROVA

LEIA COM ATENÇÃO AS SEGUINTE INSTRUÇÕES:

- 1) No CADERNO DE PROVA, na FOLHA DE RESPOSTA DA DISSERTAÇÃO e no CARTÃO GABARITO, a identificação do candidato dar-se-á apenas mediante número de inscrição. No CARTÃO GABARITO, faça a marcação do número de inscrição à caneta.
- 2) Não deixe nenhuma marca que possa identificá-lo, exceto o número de inscrição. CARTÃO GABARITO sem o número de inscrição não será apreciado para correção pela Comissão.
- 3) A prova deve ser respondida com caneta esferográfica azul ou preta, fabricada em material transparente.
- 4) No CARTÃO GABARITO, preencha o número de inscrição cobrindo completamente todo o espaço a ele correspondente, conforme modelo a seguir:

Exemplo: **INSCRIÇÃO Nº 01368**

0	<input type="checkbox"/>									
1	<input type="checkbox"/>									
3	<input type="checkbox"/>									
6	<input type="checkbox"/>									
8	<input type="checkbox"/>									

- 5) Confira se o CADERNO DE PROVA contém:
 - a) 40 (quarenta) questões de múltipla escolha da prova objetiva, cada uma com 4 (quatro) assertivas; e
 - b) 1 (um) tema para dissertação.
- 6) Confira se a FOLHA DE RESPOSTA DA DISSERTAÇÃO contém espaço destinado à redação sobre o tema proposto, pois a dissertação deve ser escrita em letra legível no espaço correspondente.
- 7) Assinale apenas 1 (uma) resposta para cada questão objetiva.
- 8) Preencha o CARTÃO GABARITO cobrindo completamente o espaço correspondente à alternativa, como mostrado abaixo. O preenchimento incorreto pode prejudicar a leitura ótica do cartão.

A B D

- 9) Em nenhuma hipótese haverá substituição do CADERNO DE PROVA, FOLHA DE RESPOSTA DA DISSERTAÇÃO e CARTÃO GABARITO.
- 10) A dissertação deve ser escrita com extensão entre 20 (vinte) e 30 (trinta) linhas, em que levar-se-ão em conta o conteúdo jurídico correspondente requerido pela questão, a clareza e objetividade na exposição do raciocínio, bem como o domínio do vernáculo, da gramática e da ortografia.



**XX PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR DE
DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA**

11) Será atribuída a nota 0,0 (zero) à questão objetiva nos casos de:

- a)** Rasura do CARTÃO GABARITO;
- b)** Marcação de mais de uma resposta para a mesma questão no CARTÃO GABARITO;
- c)** Marcação incorreta no CARTÃO GABARITO da resposta para a questão;
- d)** Marcação das respostas a lápis no CARTÃO GABARITO; e
- e)** Ausência de qualquer marcação para a assertiva no CARTÃO GABARITO.

12) Será atribuída nota 0,0 (zero) à dissertação:

- a)** Escrita a lápis na FOLHA DE RESPOSTA DA DISSERTAÇÃO. Serão consideradas apenas respostas à caneta;
- b)** Sem oferta de resposta escrita (em branco). Respostas escritas no CADERNO DE PROVA não serão consideradas para efeito de correção, caso não tenham sido transcritas para a FOLHA DE RESPOSTA DA DISSERTAÇÃO; e
- c)** Respondida incorretamente.

13) O candidato não deve riscar, rasurar, amassar, dobrar ou sujar a FOLHA DE RESPOSTA DA DISSERTAÇÃO e CARTÃO GABARITO. A leitura ótica do cartão poderá ficar prejudicada.

14) O tempo de duração da prova é de 4 (quatro) horas, incluindo a resolução das questões no CADERNO DE PROVA, a escrita da redação na FOLHA DE RESPOSTA DA DISSERTAÇÃO e a marcação do CARTÃO GABARITO.

15) É vedado qualquer tipo de consulta, seja de legislação “seca”, “comentada” ou “anotada”, doutrina, jurisprudência, apostilas, cadernos, fichários etc.

16) Não será admitido ao candidato:

- a)** Entrada na sala de provas portando armas, celulares, *paggers*, *laptops*, relógios, calculadoras ou qualquer outro dispositivo eletrônico; e
- b)** Uso de bonés, chapéus ou óculos escuros, exceto se os óculos contiverem grau.

17) Será eliminado do Processo Seletivo o candidato que, durante a realização da prova, for surpreendido comunicando-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente, por escrito ou se valendo de qualquer outro meio de comunicação fraudulento.

18) O candidato somente poderá retirar-se do local de aplicação da prova após 1 (uma) hora de seu início.

19) Ao término da prova, o candidato deverá conferir se lançou o número de inscrição no CARTÃO GABARITO. Após a conferência, deverá levantar a mão para comunicar o término ao fiscal e aguardar a autorização para se dirigir até a mesa dos fiscais e devolver os itens da prova.

20) O CADERNO DE PROVA será disponibilizado para levar para casa somente no decorrer dos últimos 15 (quinze) minutos anteriores ao horário previsto para o término da prova.

21) Após a homologação do certame, todos os documentos dos candidatos, CADERNOS DE PROVA, FOLHAS DE RESPOSTA DA DISSERTAÇÃO e CARTÕES GABARITO serão destruídos.

Boa Vista, 19 de maio de 2024.



CADERNO DE PROVA – QUESTÕES OBJETIVAS

DIREITO PENAL

1. A lei penal posterior ao fato criminoso:

- a) Aplica-se retroativamente, com exclusão dos fatos decididos por sentença transitada em julgado.
- b) Se mais benéfica ao agente, aplica-se-lhe, a menos que o fato tenha sido praticado durante vigência de lei excepcional ou temporária.
- c) Aplica-se a fatos anteriores, mesmo sendo mais gravosa ao agente, mas apenas se o fato ainda não foi decidido por sentença de primeiro grau.
- d) Tem aplicação retroativa se vigente antes do oferecimento da denúncia, independentemente de ser mais gravosa ou benéfica ao agente.

2. Acerca do concurso de agentes no direito penal, assinale a opção CORRETA:

- a) Para a caracterização do delito de associação criminosa inserido em contexto societário, é desnecessário que a denúncia contenha a descrição da predisposição comum de meios para a prática de uma série indeterminada de delitos e uma contínua vinculação entre os associados com essa finalidade.
- b) A teoria do domínio do fato funciona como uma *ratio* para aferir a existência do nexo de causalidade entre o crime e o agente e serve de fundamento para considerar que houve participação no crime em razão da posição de gestor, diretor ou sócio-administrador de empresa ou organização.
- c) A autoria mediata é incompatível com o crime culposos.
- d) A autoria mediata é incompatível com o crime próprio.

3. Em relação aos crimes patrimoniais, a ação penal no crime de:

- a) Furto contra o cônjuge separado judicialmente será pública condicionada à representação.
- b) Introdução de animais em propriedade alheia será pública condicionada à representação.
- c) Apropriação indébita contra irmão maior de 60 (sessenta) anos será pública condicionada à representação.
- d) Furto contra tio com quem coabita será pública condicionada à representação em relação ao estranho que participou do crime.

4. Acerca da Lei nº 8.072/1990 (Lei de Crimes Hediondos), assinale a opção CORRETA:

- a) Após as alterações promovidas na Lei de Crimes Hediondos pelo Pacote Anticrime, o crime de roubo circunstanciado, em qualquer de suas modalidades, passou a ser considerado delito hediondo.
- b) O delito de furto qualificado pelo emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum é insuscetível de indulto.
- c) O delito de extorsão, quando praticado com emprego de arma de fogo, é inafiançável.
- d) Nos crimes hediondos, a prisão temporária terá o prazo de trinta dias, podendo ser prorrogada, de forma automática, por igual período.



**XX PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR DE
DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA**

5. Sobre crimes contra a dignidade sexual, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A conduta de registrar ato sexual sem autorização dos participantes, art. 216-B do Código Penal, só é punível se houver divulgação a terceiros, por qualquer meio.
- b) A conduta de manter relação sexual com pessoa desacordada, por ingestão de álcool, incapaz de oferecer resistência, caracteriza o crime de estupro, art. 213 do Código Penal, qualificado pela especial condição de vulnerabilidade da vítima.
- c) A conduta de manter estabelecimento destinado à prática de exploração sexual, art. 229 do Código Penal, é atípica caso não haja participação de criança ou adolescente.
- d) O crime de importunação sexual, art. 215-A do Código Penal, é de natureza subsidiária, restando caracterizado somente se o ato libidinoso praticado não constituir crime mais grave.

6. A Polícia Militar, em patrulhamento de rotina em conhecido local de venda de entorpecentes, dispendo de fundadas razões de prática delitativa, procedeu à abordagem de duas pessoas. Com Pedro, maior e capaz, os policiais arrecadaram 100 gramas de cocaína. Com D. M., adolescente, os agentes policiais apreenderam 50 gramas de maconha. Em sede policial, Pedro, observando todos os direitos constitucionais e convencionais, confessou que estava traficando. Constatou-se, ainda, que Pedro é reincidente em crime doloso. Nesse cenário, considerando a jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores e as disposições da legislação extravagante, Pedro responderá pelo crime de:

- a) Tráfico de drogas e pelo delito de corrupção de menores, previsto na Lei nº 8.069/1990.
- b) Tráfico de drogas, majorado em razão do envolvimento de adolescente.
- c) Tráfico de drogas, majorado em razão do envolvimento de adolescente e minorado por força do tráfico privilegiado (art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/2006).
- d) Tráfico de drogas, majorado em razão do envolvimento de adolescente, e pelo delito de corrupção de menores, previsto na Lei nº 8.069/1990.

DIREITO CIVIL

7. De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, é INCORRETO afirmar:

- a) Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
- b) A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.
- c) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga a lei anterior.
- d) Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece.

8. Sobre a personalidade e capacidade, nos termos do Código Civil, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.
- b) Os viciados em tóxico são incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer.
- c) Cessará, para os menores, a incapacidade pelo exercício de emprego público efetivo.
- d) A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de apenas alguns atos da vida civil.



XX PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA

9. Ainda sobre os direitos da personalidade, nos termos do Código Civil, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) São intransmissíveis.
- b) São irrenunciáveis.
- c) Pode o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- d) A vida privada da pessoa natural é inviolável.

10. Quanto ao domicílio das pessoas naturais, nos termos do Código Civil, é INCORRETO afirmar:

- a) O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência ainda que sem ânimo definitivo.
- b) Se a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á domicílio seu qualquer delas.
- c) Ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o lugar onde for encontrada.
- d) Muda-se o domicílio, transferindo a residência, com a intenção manifesta de o mudar.

11. Nos termos do Código Civil, são exemplos de defeitos do negócio jurídico, EXCETO:

- a) Erro ou ignorância.
- b) Dolo.
- c) Culpa.
- d) Coação.

12. Sobre o poder familiar, nos termos do Código Civil, é INCORRETO afirmar:

- a) Os filhos estão sujeitos ao poder familiar, enquanto menores.
- b) Durante o casamento e a união estável, compete o poder familiar aos pais.
- c) Compete a ambos os pais o pleno exercício do poder familiar.
- d) Extingue-se o poder familiar pela prática de atos infracionais.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

13. Acerca do julgamento quanto à constitucionalidade do juiz de garantias, implementado pela Lei nº 13.964/2019, no Supremo Tribunal Federal, e da interpretação conferida pela Suprema Corte à lei e de sua repercussão, no processo, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O juiz que conhecer do conteúdo da prova declarada inadmissível não poderá proferir a sentença ou acórdão.
- b) Ordenado o arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer elementos informativos da mesma natureza, o órgão do Ministério Público comunicará a vítima, o investigado e a autoridade policial, não podendo o magistrado submeter o arquivamento à revisão da instância competente do órgão ministerial.
- c) O juiz de garantias não se aplica aos processos de competência originária dos tribunais, processos de competência do tribunal do júri, aos casos de violência doméstica e familiar e aos casos de menor potencial ofensivo.
- d) O juiz que, na fase de investigação, praticar qualquer ato incluído nas competências do juiz de garantias ficará impedido de funcionar no processo.



**XX PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR DE
DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA**

14. Sobre o tema de nulidades no processo penal, é INCORRETO afirmar:

- a) No Plenário do Júri, a nulidade relativa ocorrida após a decisão de pronúncia deve ser arguida ao final do julgamento.
- b) A falta ou vício da citação estará sanada, desde que o acusado compareça em juízo antes do ato consumar-se, embora declare que o faz para o único fim de arguí-la. O juiz ordenará, todavia, a suspensão ou o adiamento do ato, quando reconhecer que a irregularidade poderá prejudicar direito da parte.
- c) Constatado o excesso de linguagem na decisão de pronúncia do magistrado, incide nulidade.
- d) No caso de nulidade relativa, nenhuma das partes poderá arguir nulidade a que haja dado causa.

15. Acerca das prisões preventiva e temporária, assinale a opção CORRETA à luz da jurisprudência dos Tribunais Superiores:

- a) O rol dos crimes sujeitos à prisão temporária é exemplificativo.
- b) O fato de o representado não ter residência fixa ou não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade é motivo suficiente para a decretação da prisão temporária.
- c) Atos infracionais pretéritos não podem ser utilizados como fundamento para decretação e(ou) manutenção de prisão preventiva, haja vista a presunção de inocência.
- d) A prática de contravenção penal, no âmbito de violência doméstica, não é motivo idôneo para justificar a prisão preventiva do autor desse tipo de infração, mesmo em caso de descumprimento da medida protetiva imposta a ele.

16. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) A confissão qualificada, que tenha por objeto a excludente da ilicitude, não impede o acordo de não persecução penal.
- b) A exigência de confissão para a proposta de acordo de não persecução penal é inconstitucional, por violar o privilégio contra a autoincriminação.
- c) É defeso ao Ministério Público a proposta de acordo de não persecução penal em crime de ação penal privada.
- d) Tratando-se de norma mista, benéfica ao investigado, o acordo de não persecução penal pode ser realizado a qualquer tempo, inclusive depois de transitada em julgado a sentença penal condenatória, em sede de execução penal.

17. Considere a hipótese em que o agente foi beneficiado com a suspensão condicional do processo pelo prazo de dois anos, com condições. Uma vez decorrido o prazo, a defesa postula a extinção da punibilidade. Entretanto, o Ministério Público pede a vinda da folha de antecedentes, que noticia a prática de crime durante o período de suspensão. Nesse caso, o juiz:

- a) Deve prorrogar o prazo da suspensão.
- b) Deve revogar a suspensão do processo.
- c) Deve declarar a extinção da punibilidade.
- d) Deve impor novas condições ao acusado.



**XX PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR DE
DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA**

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

18. O Município C ao realizar concurso público para o cargo efetivo de assistente administrativo não realizou reserva de vagas para pessoas com deficiência. O cidadão Antenado realizou denúncia ao Ministério Público. Como providência inicial, o Promotor de Justiça determinou a expedição de ofício à Prefeitura do Município C, ocasião em que foram prestadas informações de que o cargo efetivo de assistente administrativo era incompatível com pessoas com deficiência. Na sequência, o Ministério Público propôs Ação Civil Pública para que o Município realizasse a reserva de vagas, bem como fosse condenado em danos morais coletivos. Em primeira instância a ação foi julgada procedente. Após transcorrido o prazo recursal para a Fazenda Pública, a Procuradoria do Município interpôs o recurso de apelação. Neste caso, o juiz deverá reconhecer a preclusão:

- a) Consumativa.
- b) Lógica.
- c) Temporal.
- d) *Pro judicato*.

19. Quanto à intervenção do Ministério Público no processo civil na condição de fiscal da ordem jurídica, todas as alternativas estão corretas, EXCETO:

- a) O Ministério Público intervirá nos casos de interesse público ou social.
- b) O simples fato de ter a participação da Fazenda Pública no processo é hipótese de intervenção do Ministério Público.
- c) O Ministério Público intervirá nos casos de interesse de incapaz.
- d) O Ministério Público intervirá nos casos de litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana.

20. Acerca dos prazos para o Ministério Público no processo civil, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O Ministério Público gozará de prazo em dobro para manifestar-se nos autos.
- b) Findo o prazo para manifestação do Ministério Público sem o oferecimento de parecer, o juiz requisitará os autos e dará andamento ao processo.
- c) Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o Ministério Público.
- d) O Ministério Público gozará de prazo em triplo para manifestar-se nos autos.

21. Sobre os requisitos da petição inicial, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A petição inicial indicará o fato e os fundamentos jurídicos do pedido.
- b) Na hipótese do autor da ação desconhecer todos os dados qualificadores do réu, ainda que seja possível a sua citação, a petição inicial será indeferida.
- c) A petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação.
- d) O juiz ao identificar que a petição não preenche algum requisito determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado.



**XX PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR DE
DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA**

22. Quanto ao julgamento do processo, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Ao juiz é vedado julgar apenas parcela do processo.
- b) O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando não houver necessidade de produção de outras provas.
- c) O juiz decidirá parcialmente o mérito quando um ou mais dos pedidos formulados ou parcela deles mostrar-se incontroverso.
- d) A decisão que julgar parcialmente o mérito poderá reconhecer a existência de obrigação líquida ou ilíquida.

DIREITO CONSTITUCIONAL

23. Os chamados remédios constitucionais são instrumentos que garantem e protegem direitos fundamentais previstos na Constituição de Federal de 1988. Sobre esse tema, assinale a opção CORRETA:

- a) Todo cidadão é legitimado para propor Ação Popular, visando a anulação de ato lesivo ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.
- b) O Mandado de Injunção visa proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública.
- c) O *habeas data* é o remédio constitucional gratuito usado para garantir a liberdade de locomoção das pessoas.
- d) A ação Civil Pública é o remédio constitucional cabível diante de uma omissão legislativa do Poder Público, que torna inviável o exercício de um direito fundamental.

24. Sobre o alistamento eleitoral e o voto, nos termos da Constituição Federal, assinale a assertiva CORRETA:

- a) O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezoito anos e facultativos para os analfabetos, para os maiores de setenta anos e para os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
- b) Podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.
- c) O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de 16 anos e facultativos aos maiores de 70 anos, indígenas, militares e analfabetos.
- d) O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os menores de 18 e maiores de 16 anos e facultativos para analfabetos, militares e maiores de 75 anos.

25. No controle de constitucionalidade concentrado, a Constituição Federal legitimou algumas entidades para a proposição de ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade, EXCETO uma, assinale-a:

- a) Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal.
- b) Partido Político com representação no Congresso Nacional.
- c) Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- d) Confederação sindical ou entidade de classe de âmbito estadual.



XX PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA

26. Nos termos da Constituição Federal, assinale a alternativa INCORRETA, quanto às disposições sobre o Ministério Público:

- a) A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.
- b) É vedado aos membros do Ministério Público participar de sociedade comercial, na forma da lei.
- c) Não é função institucional do Ministério Público exercer o controle externo da atividade policial.
- d) São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

27. Com relação à ordem social e aos povos originários, nos termos da Constituição Federal, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) São reconhecidos aos indígenas sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.
- b) Cabe ao Presidente da República autorizar o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas.
- c) As terras tradicionalmente ocupadas pelos povos originários são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.
- d) Os indígenas, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

DIREITO ADMINISTRATIVO

28. Acerca das autarquias, assinale a alternativa CORRETA:

- a) São pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei, mediante descentralização administrativa.
- b) São pessoas jurídicas de direito privado, criadas por lei, mediante descentralização administrativa.
- c) São pessoas jurídicas de direito público, criadas por decreto do chefe do Poder Executivo, mediante desconcentração administrativa.
- d) São pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei, mediante desconcentração administrativa.

29. Tício foi regularmente aprovado, nomeado e empossado em concurso público para o cargo efetivo de auditor de tributos do Município X. Ao completar um ano no exercício do cargo, em uma das suas fiscalizações encontrou irregularidades no recolhimento de tributos municipais pela sociedade empresária Y. Ao prosseguir com as fiscalizações fez uma inspeção presencial, ocasião em que lhe ofereceram a quantia de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) para não prosseguir com as fiscalizações e arquivar o procedimento de fiscalização. Após receber a quantia em espécie, o procedimento foi arquivado. Todavia, o fato foi descoberto pelo Poder Público, com a instauração de procedimento administrativo disciplinar e ação penal. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Tício ao tomar posse se tornou estável no serviço público.
- b) Somente após o término da ação penal é que poderá ocorrer a tramitação do procedimento administrativo disciplinar.



XX PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA

c) Em razão do princípio da separação entre as instâncias, Tício responderá ao procedimento administrativo disciplinar, independentemente da tramitação do processo penal.

d) Em nenhuma hipótese as provas produzidas no processo penal poderão ser aproveitadas no âmbito administrativo.

30. No Município X foi enviado projeto de lei pelo prefeito Y, para a criação do cargo em comissão de motorista escolar, destinado para transportar os estudantes do interior para a sede do Município, único local que possui escola em pleno funcionamento. Após a regular tramitação e aprovação pela Câmara Municipal, foi sancionada, promulgada e publicada a referida lei. O cidadão Antenado viu a publicação no Diário Oficial desta lei e formulou denúncia ao Ministério Público Estadual. Sobre o caso narrado, assinale a assertiva INCORRETA:

a) A Constituição Federal de 1988 destina os cargos comissionados apenas para as atribuições de direção, chefia e assessoramento.

b) Diante da inconstitucionalidade material da lei enviada pelo chefe do Poder Executivo, o projeto poderia ter sido rejeitado pela Câmara Municipal.

c) As tarefas inerentes ao cargo de motorista escolar não possuem o vínculo especial da confiança, o que exige a criação de cargos efetivos.

d) Em razão da discricionariedade administrativa, o chefe do Poder Executivo possui ampla liberdade na criação de cargos públicos, ocasião em que poderá optar livremente entre efetivo e comissionado.

31. São requisitos do ato administrativo, EXCETO:

a) Competência.

b) Objeto.

c) Vinculação.

d) Finalidade.

32. Entre as intervenções do Estado na propriedade está a desapropriação por utilidade pública, regida pela Lei nº 3.365/1941. Sobre o instituto da desapropriação por utilidade pública, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Somente se o terreno estiver devidamente regularizado no cartório de registro de imóveis é que o bem poderá ser desapropriado.

b) O Poder Público possui o dever de pagar a justa e prévia indenização pelo bem desapropriado.

c) Todos os bens poderão ser desapropriados pela União, pelos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios.

d) Declarada a utilidade pública, ficam as autoridades administrativas do expropriante ou seus representantes autorizados a ingressar nas áreas compreendidas na declaração, inclusive para realizar inspeções e levantamentos de campo, podendo recorrer, em caso de resistência, ao auxílio de força policial.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

33. Considerando o que estabelece a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), assinale a alternativa CORRETA:

a) O Conselho Tutelar é órgão jurisdicional do Poder Judiciário.



**XX PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR DE
DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA**

- b) Ao ato infracional praticado por criança serão cabíveis as mesmas medidas aplicadas aos adolescentes.
- c) Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal.
- d) Iniciado o procedimento para a apuração de ato infracional, não será mais possível a concessão da remissão.

34. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada por condutas descritas na Lei nº 8.429/1992 (Improbidade Administrativa). Dentre essas condutas podemos citar, EXCETO:

- a) Deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo, desde que disponha das condições para isso, com vistas a ocultar irregularidades.
- b) Permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.
- c) Frustrar, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de concurso público, de chamamento ou de procedimento licitatório, com vistas à obtenção de benefício próprio, direto ou indireto, ou de terceiros.
- d) Revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.

35. Sobre os direitos do consumidor, expressos na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), é CORRETO afirmar que:

- a) É prevista a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos.
- b) Na facilitação da defesa de seus direitos, não inclui a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil.
- c) Garante-se a adequada e eficaz prestação dos serviços privados, apenas.
- d) Na informação sobre os diferentes produtos e serviços, não é necessária a especificação de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem.

36. A garantia de prioridade a pessoa idosa, nos termos da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), compreende:

- a) O atendimento preferencial imediato e individualizado somente junto aos órgãos públicos.
- b) Priorização do atendimento asilar da pessoa idosa.
- c) Prioridade especial aos maiores de 75 (setenta e cinco) anos entre as pessoas idosas.
- d) Prioridade no recebimento da restituição do Imposto de Renda.

37. Nos termos da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 (Lei de apoio às pessoas com deficiência), são condutas consideradas crime, EXCETO:

- a) recusar, cobrar valores adicionais, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, em razão de sua deficiência.
- b) obstar inscrição em concurso público ou acesso de alguém a qualquer cargo ou emprego público, em razão de sua deficiência.



XX PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA

- c) negar ou obstar emprego, trabalho ou promoção à pessoa em razão de sua deficiência.
- d) cumprir execução de ordem judicial expedida em ação civil pública que verse sobre a proteção da pessoa com deficiência.

38. Assinale a alternativa CORRETA, nos termos da Lei nº 9.605/1998 (Lei dos Crimes Ambientais):

- a) Para imposição e gradação da penalidade nos crimes ambientais, a autoridade competente observará a gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente, mas não levará em consideração a situação econômica do infrator, no caso de multa.
- b) As pessoas jurídicas não estão sujeitas a penalização pela Lei dos Crimes Ambientais.
- c) O recolhimento domiciliar baseia-se na autodisciplina e senso de responsabilidade do condenado, que deverá, sem vigilância, trabalhar, frequentar curso ou exercer atividade autorizada, permanecendo recolhido nos dias e horários de folga em residência ou em qualquer local destinado a sua moradia habitual, conforme estabelecido na sentença condenatória.
- d) Dentre as circunstâncias que atenuam a pena nos delitos ambientais, não está previsto o baixo grau de instrução ou escolaridade do agente infrator.

LEI COMPLEMENTAR Nº 003/1994

39. Sobre os estagiários do Ministério Público, assinale a opção INCORRETA:

- a) São considerados Órgãos auxiliares.
- b) Compete ao Procurador-Geral de Justiça designar e dispensar estagiários.
- c) O estagiário que exercer as suas funções por no mínimo 1 (um) ano, com aproveitamento satisfatório, receberá certificado válido como título no concurso para ingresso na carreira do Ministério Público.
- d) É permitido ao estagiário afastar-se do serviço, nos dias de seus exames, ficando, todavia, obrigado a compensar sua ausência para a prestação dos respectivos exames.

40. Sobre as atribuições e deveres do estagiário do Ministério Público expressamente previstas na Lei Complementar Estadual nº 003/1994, assinale a opção INCORRETA:

- a) Auxiliar o membro do Ministério Público junto ao qual servir, acompanhando-o em todos os atos e termos judiciais e administrativos.
- b) Auxiliar o membro do Ministério Público no exame de autos e papéis, realização de pesquisas, organização de notas e fichários e controle do recebimento e devolução de autos, dando-lhe ciência das irregularidades que observar.
- c) Estar presente às sessões do Júri, ao lado dos Promotores de Justiça, auxiliando-os no que for necessário.
- d) Observar no serviço a orientação que lhe for dada pelo Promotor de Justiça junto ao qual servir.



XX PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR DE
DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA

CADERNO DE PROVA – DISSERTAÇÃO

DIREITO CONSTITUCIONAL

O art. 3º da Constituição Federal dispõe que “são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário”.

Discorra sobre o princípio da separação dos Poderes, abordando, obrigatoriamente, o seguinte:

- funções típicas de cada um dos Poderes;
- exemplos de como esses Poderes são harmônicos e independentes entre si;
- qual a importância deste princípio para a democracia.

01	
02	
03	R
04	A
05	S
06	C
07	U
08	N
09	H
10	O
11	
12	R
13	A
14	S
15	C
16	U
17	N
18	H
19	O
20	
21	R
22	A
23	S
24	C



**XX PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR DE
DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA**

25	U
26	N
27	H
28	O
29	
30	